



MUNICÍPIO DE PITANGA

CNPJ 76.172.907/0001-08

CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

EDITAL Nº 7/2014

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 03/2013 – PROCURADOR

**ESTABELECE CRITÉRIOS OBJETIVOS
APLICÁVEIS A TODOS OS CANDIDATOS PARA
A COMPROVAÇÃO DOS TÍTULOS - EDITAL N.º
03/2013 – PROCURADOR.**

CONSIDERANDO que o Edital de Concurso Público n.º 03/2013 para formação de cadastro de reserva de cargo(s) de Procurador, que eventualmente venha(m) a vagar, contemplou prova de títulos como critério classificatório;

CONSIDERANDO que no mesmo Edital (itens 9.1 e seguintes), deixou de constar critérios objetivos específicos a respeito da forma de comprovação da contagem de pontos dos títulos previstos no item 9.5, incisos IV, V, VI e VII;

CONSIDERANDO que o estabelecimento de parâmetros objetivos direcionados a todos os candidatos é medida adequada e necessária para viabilizar a tarefa da contagem de pontos na presente fase do certame;

CONSIDERANDO também o previsto no item 16.15 do Edital n.º 3/2013 – Procurador, que determina a solução de casos omissos e que o exercício dessa competência observa o princípio da isonomia, resolve o Município de Pitanga e a Comissão de Organização e Fiscalização do certame em conjunto com a FAUEL, TORNAR PÚBLICO os seguintes critérios objetivos aplicáveis a todos os candidatos:

- Dos documentos necessários à comprovação dos títulos:

- Todos os títulos deverão ser encaminhados com a documentação comprobatória das informações prestadas pelo candidato no formulário específico disponibilizado pela FAUEL, permitindo o perfeito enquadramento e atribuição da respectiva pontuação, de acordo com os critérios objetivos abaixo delineados:

- 1) Para o título previsto no item 9.5, inciso IV do Edital de abertura - **Exercício de Magistério Superior, em disciplina das áreas do Direito** e com turma própria em curso reconhecido pelo MEC em Instituição de Ensino Superior Público ou Privada, reconhecida desprezando-se as concomitâncias (0,8 pontos por ano letivo completo, limitado a 1,6 pontos);
- 2) Para o título previsto no item 9.5, inciso VI do edital de abertura - **Exercício de função pública em cargo ou emprego público**, ressalvados o exercício de função eletiva ou de cargo ou emprego de natureza não jurídica. (1,0 pontos por ano completo, sem sobreposição de tempo, limitado a 4 pontos); e
- 3) Para o título previsto no item 9.5, inciso VII do Edital de abertura - **Serviço prestado como titular de carreira jurídica**, excetuados os títulos já incluídos nos itens



MUNICÍPIO DE PITANGA

CNPJ 76.172.907/0001-08

CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

anteriores a que se referiu o respectivo item do mesmo Edital (0,8 pontos por ano completo de exercício, sem sobreposição de tempo, limitado a 3,2), os candidatos deverão encaminhar:

- a) Cópia autenticada do Diploma de Graduação em Direito ou Ciências Jurídicas e Sociais;
- b) Certidão do setor de Recursos Humanos da instituição pública ou privada que informe o período (com início e fim, até a data da expedição da declaração), a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas; e/ou
- c) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contendo as páginas: identificação do trabalhador; registro do empregador que informe o período (com início e fim se for o caso) e qualquer outra página que auxilie na avaliação, por exemplo, quando houver mudança na razão social da empresa. Neste caso a CTPS deverá estar acompanhada de declaração do empregador com firma reconhecida contendo o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço desenvolvido e a descrição das atividades realizadas;
- d) No caso de exercício de atividades exercidas em instituição pública deverá ser encaminhado, além do documento descrito no item 1.1, declaração/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos, informando o período de início e fim (se for o caso), a espécie de serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas;
- e) Caso não exista setor de recursos humanos ou órgão de pessoal na instituição a que as declarações se referirem ou o setor responsável pela área de gestão de pessoas possuir outra nomenclatura, a autoridade responsável deverá também declarar/certificar essas situações;
- f) Somente serão válidos para efeito de contagem como títulos de mestre e doutor aqueles reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior – CAPES/MEC (cf. art. 36, §2º Resolução nº 4/2013 - PGMP – Regulamento do Concurso); e
- g) A contagem do tempo referente ao título mencionado no item 3 (item 9.5, inciso VII do Edital de abertura) deverá ser comprovada através de encaminhamento de Certidões obtidas juntos às respectivas Serventias judiciais, onde conste no mínimo as informações referentes ao número dos autos em que o candidato atuou, as respectivas partes (exceto no caso de segredo de justiça) e as atividades ou atos processuais exercidos (p.ex.: interposição de recursos, apresentação de contestação, réplica, petições de meio, interposição de *habeas corpus*, dentre outros), bem como se o processo está arquivado ou não.

4) Para o título previsto no item 9.5, inciso V do Edital de abertura - **Aprovação final em concurso público para cargo ou emprego público de nível superior privativo de bacharel em Direito**, excetuando-se a aprovação em Concurso Público pontuado como tempo de serviço no item VI do Edital de abertura (1,0 pontos por título, limitado a 2 pontos), deverá o candidato:

4.1) Comprovar a aprovação em concurso por meio da apresentação de certidão expedida por setor de recursos humanos do órgão ou certificado do órgão executor do certame, em



MUNICÍPIO DE PITANGA

CNPJ 76.172.907/0001-08

CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

que constem no mínimo as seguintes informações: a) cargo/emprego concorrido; b) requisitos do cargo/emprego, especialmente a escolaridade exigida; e c) aprovação e/ou classificação.

4.2) Para obter a pontuação o candidato ainda poderá apresentar cópia de jornal impresso ou Diário Oficial contendo a publicação do resultado final do concurso (edital de homologação, por exemplo ou demais Editais), devidamente autenticada em Cartório, desde que conste(em) claramente o nome do candidato e o cargo/emprego concorrido e os requisitos para o cargo e escolaridade exigida ou encaminhamento de outros documentos (p.ex. Edital de abertura) que comprove tais informações.

- Os requisitos para a atribuição dos demais títulos (incisos I, II e III, do item 9.5 do Edital de abertura) permanecem inalterados, porquanto já especificados suficientemente naquele Edital os respectivos critérios objetivos.

- Em decorrência do previsto neste Edital 7/2014, fica **devolvido o prazo** aos candidatos para o encaminhamento de todos os títulos previstos no item 9.5 do Edital, que deverão ser remetidos à FAUEL ao mesmo endereço e preenchidas as mesmas formalidades do Edital nº 6/2014, entre as datas de 1º de abril a 3 de abril de 2014, inclusive, considerando para averiguação da tempestividade a data da postagem.

- Os títulos que já tenham sido eventualmente encaminhados pelos candidatos à FAUEL por ventura preenchendo as condições previstas neste Edital nº 7/2014 não necessitarão ser novamente remetidos, bem como será dispensada nova remessa dos títulos já enviados e constantes do item 9.5, incisos I, II e III do Edital de abertura.

- Por sua vez, os títulos previstos no item 9.5, incisos IV, V, VI e VII que já tenham sido encaminhados à FAUEL, porém, sem o preenchimento das formalidades deste Edital 7/2014 deverão ser novamente remetidos, sob pena de não ser computada a pontuação, caso em que serão desconsiderados.

- Para todos os casos, fica facultado aos candidatos o reencaminhamento à FAUEL da totalidade dos títulos já remetidos durante o transcurso do prazo de convocação do Edital 6/2014.

Pitanga-PR, em 28 de março de 2014.

MAURI ALVES PEREIRA
Presidente da Comissão Organizadora (Port. n.º 018/2014)

FERNANDO CISCATO BASTOS
Procurador-Geral - Presidente da Comissão Fiscalizadora (Port. n.º 375/2013)